



**ESPIRITO
SANTO**

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO

IPES

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES

Elementos para Diagnósticos Municipais

APRESENTAÇÃO

1. MICRORREGIÃO PÓLO COLATINA.....	6
2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS.....	11
2.1. MUNICÍPIO DE COLATINA	11
2.1.1. Introdução.....	11
2.1.2. Estrutura fundiária - 1996.....	12
2.1.3. Setor industrial.....	14
2.1.4. Centro/distrito industrial.....	14
2.1.5. Setor comércio/serviços	15
2.1.6. Agências bancárias presentes no município.....	15
2.1.7. Prefeitura Municipal de Colatina	15
2.1.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município.....	15
2.1.9. Agência de desenvolvimento local.....	15
2.1.10. Consórcios intermunicipais	16
2.1.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos ONGs e outros	16
2.1.12. Projetos potenciais	18
2.1.13. Assentamentos rurais.....	18
2.1.14. Instituições de ensino superior.....	18
2.1.15. Instituições/pessoas entrevistadas.....	18
2.2. MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU.....	20
2.2.1. Introdução.....	20
2.2.2. Setor agropecuário	20
2.2.3. Setor industrial.....	21
2.2.4. Centro/distrito industrial.....	21
2.2.5. Setor comércio/serviços	22
2.2.6. Agências bancárias presentes no município.....	22
2.2.7. Prefeitura Municipal de Baixo Guandu.....	22
2.2.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município.....	22
2.2.9. Agência de desenvolvimento local.....	23
2.2.10. Consórcios intermunicipais	23
2.2.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	23
2.2.12. Projetos potenciais	24
2.2.13. Assentamentos rurais.....	24
2.2.14. Instituições de ensino superior.....	24
2.2.15. Instituições/pessoas entrevistadas.....	24
2.3. MUNICÍPIO DE PANCAS	26
2.3.1. Introdução.....	26
2.3.2. Setor agropecuário	26
2.3.3. Indústrias instaladas no município	27
2.3.4. Centro/distrito industrial.....	27
2.3.5. Setor comércio/serviços	28
2.3.6. Agências bancárias presentes no município.....	28
2.3.7. Prefeitura Municipal de Pancas.....	28
2.3.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município.....	28
2.3.9. Agência de desenvolvimento local.....	28
2.3.10. Consórcios intermunicipais	28
2.3.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	28
2.3.12. Instituições de ensino superior.....	30
2.3.13. Instituições/pessoas entrevistadas.....	30
2.4. MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA	31
2.4.1. Introdução.....	31
2.4.2. Setor agropecuário	31
2.4.3. Indústrias instaladas no município	32
2.4.4. Centro/distrito industrial.....	33

2.4.5. Setor comércio/serviços	33
2.4.6. Agência bancária presente no município	33
2.4.7. Prefeitura Municipal de Marilândia	33
2.4.8. Estruturas do Estado presentes no município	33
2.4.9. Agência de desenvolvimento local	33
2.4.10. Consórcios intermunicipais	33
2.4.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	34
2.4.12. Assentamentos rurais	34
2.4.13. Instituições de ensino superior	34
2.4.14. Instituições/pessoas entrevistadas	34
2.5. MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO	35
2.5.1. Introdução	35
2.5.2. Setor agropecuário	35
2.5.3. Indústrias instaladas no município	36
2.5.4. Centro/distrito industrial	37
2.5.5. Setor comércio/serviços	37
2.5.6. Agência bancária presente no município	37
2.5.7. Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo	37
2.5.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município	37
2.5.9. Agência de desenvolvimento local	37
2.5.10. Consórcios intermunicipais	38
2.5.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs, e outros	38
2.5.12. Assentamentos rurais	38
2.5.13. Instituições de ensino superior	38
2.5.14. Instituições/pessoas entrevistadas	38

1.**MICRORREGIÃO PÓLO COLATINA**

Com uma área total de 3.252,4 km² e população estimada para 1998 de 169.282 habitantes (IBGE), a Microrregião (MCR) Pólo Colatina é composta pelos municípios de: Colatina (106.472 habitantes), Baixo Guandu (26.458), Pancas (19.707), Marilândia (9.574) e Alto Rio Novo (7.071). Sua área corresponde a 7% da área territorial do Espírito Santo e a população para 1998, a 5,8% do total do Estado. A densidade demográfica (para 1998) da microrregião é de 52 hab/km², enquanto a do ES é de 62,7 hab/km². A seguir, as densidades demográficas dos respectivos municípios: Colatina, 59,2 hab/km²; Marilândia, 31,6; Alto Rio Novo, 29,7; Baixo Guandu, 28,9; e Pancas, 24. A densidade da microrregião para 1998 está abaixo da do ES, bem como as de todos os municípios. Destaca-se Colatina, que está bem próxima à do ES. Observa-se que o município-pólo da MCR (Colatina) apresenta uma relação superior à da região, assim como superior à de todos os municípios, sem exceção (mais de duas vezes superior à do município menos denso, que é Pancas). Assim, pode-se afirmar que a Microrregião Pólo Colatina apresenta um significativo vazio populacional, à exceção de Colatina, o município mais denso, polarizador do Norte capixaba.

Situada praticamente no centro do corredor produtivo de “diversificação com café”, a sede municipal de Colatina, cidade regional completa, efetivamente polariza os municípios que compõem esta microrregião, além de outros, tanto ao norte quanto ao sul do rio Doce, incluindo territórios municipais de outras microrregiões, como, por exemplo, a polarizada por Nova Venécia (no centro-norte do Estado), expandindo seu raio de polarização até mesmo a vários municípios polarizados pela região metropolitana da Grande Vitória (GV).

As condições de polarização do município de Colatina foram construídas historicamente a partir dos fluxos de renda gerados pela cafeicultura (sobretudo na época da colheita), parte deles vindo desaguar em sua praça, definindo, em última instância, sua dinâmica econômica, principalmente a do setor comercial. E ainda hoje a polarização exercida por Colatina se funda (mesmo que em menor escala) nesta atividade. Portanto, a condição de “cidade regional” desenhada para este município em particular ainda se deve às atividades cafeicultoras, mesmo que diversificadas com outras.

Do ponto de vista das suas condições naturais, a microrregião possui um clima quente e úmido, com uma pluviometria média anual de 1.200 mm; entretanto, esta média não tem sido atingida nos últimos anos, devido à incidência de longos períodos de estiagem.

Segundo o IBGE (1995/96), a Microrregião Pólo Colatina possuía, em 1996, as seguintes atividades agropecuárias mais importantes: cafeicultura (principal atividade agrícola dos estabelecimentos com área de 0 a 100 ha), pecuária leiteira, milho, banana, coco-da-baía, arroz, feijão, mandioca, tomate, manga, cacau, laranja, cana-de-açúcar, maracujá, pimenta-do-reino e mamão. Entretanto, a partir do critério Valor Bruto da Produção (VBP), somente as quatro primeiras atividades possuíam considerável relevância econômica: cafeicultura (84% do VBP); pecuária de leite

(7,2%), cultivo de milho (2%) e da banana (1,5%). Elas, em conjunto, eram responsáveis por aproximadamente 95% do valor gerado na agropecuária microrregional. Os 5% restantes ficavam para as demais atividades. Nota-se claramente, por esses dados, que se trata ainda de uma microrregião fortemente dependente da renda gerada pelo café e que o processo de diversificação agrícola é ainda muito incipiente.

De acordo com as informações dos escritórios locais da Emcaper (1999), além das atividades já citadas, temos ainda: pecuária de corte, silvicultura e fruticultura (goiaba, limão branco e pinha).

No campo da comercialização do café, as principais dificuldades do ponto de vista do produtor são: baixa remuneração obtida pelos agricultores com a venda de seus produtos, revertendo o lucro aos intermediários; desinformação quanto à classificação do produto; grande dificuldade de acesso direto ao mercado externo; política de estoque insatisfatória e dificuldade no transporte; *idem*, no tocante à armazenagem. Tal dinâmica de comercialização engendra uma forte concentração de renda no interior da microrregião.

Apesar de existirem algumas empresas mais importantes especializadas na centralização e comercialização do café, sua importância ainda restringe-se praticamente ao contexto regional, uma vez que o volume de grãos comercializados representa menos de 2% do produzido no País. Entretanto, tais empresas têm uma importância significativa na configuração dos fluxos e movimentos globais para exportação comandados pela GV (na comercialização do café em grãos, o porto de Vitória é o segundo principal em âmbito nacional, sendo superado apenas pelo de Santos/SP).

Há duas dificuldades principais no que se refere à produção do café, que são os altos preços dos insumos, particularmente para o pequeno produtor, e de implementos agrícolas.

A política de diversificação com o café, apesar dos pequenos avanços obtidos nos últimos tempos, ainda não garante o nível ideal de renda para o produtor; vale dizer: depende quase que exclusivamente da produção cafeeira.

Devido aos gargalos na área educacional, acabam acontecendo dificuldades no campo do aprimoramento gerencial e tecnológico, não somente com relação à produção cafeeira, mas também a culturas consorciadas e, mesmo, diversificadas.

Nesta forma de produção agrícola, a relação de trabalho predominante é a parceria (fora do período de colheita do café), caracterizando-se, fundamentalmente, pelo esquema de partilha, a meação. Entretanto, nos maiores estabelecimentos, cujos proprietários detêm poder de renda mais significativo, é utilizada, principalmente na época de colheita, uma grande quantidade de assalariados temporários (diaristas). (Este é um dos maiores gargalos da cafeicultura local.) E os volantes são recrutados principalmente em Minas Gerais, no Sul da Bahia, em São Mateus e em Linhares.

O conjunto arroz, milho, feijão e mandioca, que cumprem sobretudo o papel de culturas de subsistência, não possui um significado maior na microrregião do ponto de vista da comercialização, a não ser um ligeiro destaque para a cultura do arroz.

A olericultura existente, com destaque significativo para a cultura do tomate, é amplamente favorecida, por estar às margens de afluentes do rio Doce, espalhando-se também ao longo das margens do rio principal; praticamente 70% do volume olerícola microrregional é destinado à Ceasa, sendo o restante consumido na própria microrregião.

No que diz respeito a agroindústrias, elas se resumem no Frisa e em microempresas agroindustriais que produzem leite pasteurizado, queijos artesanais, manteiga, iogurte, doces e aguardente.

Quanto à estrutura fundiária, a microrregião é constituída fundamentalmente por pequenos (0-50 ha) e médios (maiores de 50-200 ha) estabelecimentos rurais; portanto, os pequenos, em termos numéricos, representam entre 50% e 70% da totalidade dos estabelecimentos.

As tabelas seguintes mostram que:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Vest. Calç. E artef. De tecidos	147	36,65	3.897	43,94
Alimentos	43	10,72	1.288	14,52
Serviços de rep. E cons.	41	10,22	1.003	11,31
Minerais não-metálicos	37	9,22	746	8,41
Mobiliário	35	8,72	481	5,43
Metalúrgico	11	2,73	387	4,36
Construção civil	06	1,50	320	3,61
Extração de minerais	13	3,24	137	1,55
Mecânico	12	3,00	134	1,51
Madeira	16	4,00	116	1,31
Editorial e gráfica	08	2,00	85	0,96
Borracha	02	0,50	51	0,58
Material plástico	03	0,75	43	0,48
Mat. Elétr. E de comunicação	03	0,75	42	0,47
Couros, peles e similares	04	1,00	37	0,42
Serviços Ind. De util. Públ.	05	1,25	29	0,33
Diversas	03	0,75	28	0,32
Serviços de informática	06	1,50	26	0,29
Material de transporte	01	0,25	08	0,10

continua

Gênero	Unidade	%	conclusão	
			Pessoal Ocupado	%
Farmacêutico e veterinário	01	0,25	04	0,05
Têxtil	01	0,25	04	0,05
Bebidas	02	0,50	-	-
Químico	01	0,25	-	-
<i>Microrregião (total)</i>	<i>401</i>	<i>100,00</i>	<i>8.866</i>	<i>100,00</i>

Fonte: FINDES/IDEIES

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Colatina	314	77,34	8.300	93,62
Baixo Guandu	47	11,58	332	3,74
Marilândia	21	5,17	157	1,77
Pancas	18	4,43	72	0,81
Alto Rio Novo	06	1,48	05	0,06
<i>Microrregião (total)</i>	<i>406</i>	<i>100,00</i>	<i>8.866</i>	<i>100,00</i>

Fonte: FINDES/IDEIES

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
<i>Microrregião</i>	<i>406</i>	<i>6,50</i>	<i>8.866</i>	<i>7,69</i>
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

a) os gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecidos (leia-se “confeccões”); alimentos; serviços de reparação e conserto; minerais não-metálicos; mobiliário; metalúrgico; construção civil representam quase a totalidade dos empregos gerados na microrregião: 91,6%; b) quanto ao número de plantas instaladas, os cinco primeiros gêneros correspondem a 75,5% do total; c) na distribuição de plantas e pessoal ocupado por município, o destaque fica apenas para Colatina, detendo este município praticamente 94% dos empregos gerados no setor e 77% das plantas instaladas; d) a Microrregião Pólo Colatina, com 406 unidades e 8.866 pessoas empregadas na indústria, situa-se abaixo da média microrregional quanto ao número

de plantas e próxima desta média no que diz respeito ao volume de empregos gerados (a média microrregional seria de 9.606 pessoas ocupadas).

Desde a segunda metade do anos 60, praticamente coincidindo com o último processo de erradicação dos cafezais no Espírito Santo, faz-se presente na microrregião o segmento de confecções, sendo hoje o mais importante sob vários aspectos (renda e empregos gerados, faturamento, integração “para fora” do Estado, etc.), com 138 empresas formalizadas — o índice de informalidade no segmento é muito grande — e 3.788 pessoas empregadas, representando 45% do total de empregos do setor industrial do município de Colatina.

O destaque maior no segmento de confecções é Colatina, não possuindo tal atividade uma relação direta com os fluxos de renda definidos pela cafeicultura, quer do ponto de vista das suas origens históricas, quer da sua manutenção atual; tem, portanto, uma certa “autonomia” em relação àquela atividade hegemônica (isto acontece não somente em relação aos seus movimentos internos de reprodução, mas sobretudo no âmbito da realização da produção, que se dá em várias cidades — e estados — fora do Espírito Santo).

Grande parte das unidades de confecções trabalham no sistema de *facção*, que significa mais um padrão de informalização da produção do que propriamente um processo de terceirização dela, de forma qualificada, como ocorre no mercado mundial, objetivando redução de custos pautada na sub-remuneração da força de trabalho, além da sonegação de impostos.

Frigorífico Rio Doce S/A (Frisa) — Empresa de médio porte (grande porte para os critérios regionais) que atua no setor de embutidos, carnes frigorificadas e *in natura*, com um faturamento, em 1998, de R\$ 76,065 milhões, gerando 885 empregos (esta é a maior empresa industrial da microrregião).

Metalosa (Ind. Metalúrgica S.A.) — Apesar da importância regional da empresa, ela não possui uma dinâmica tal que possa engendrar um micropólo metalmeccânico ou mesmo contribuir para uma significativa expansão deste tipo de produção, não somente no âmbito da microrregião ou vizinhas, como do seu entorno, vindo a rebater na Grande Vitória; a empresa exporta para vários estados.

Industrialização de madeira, artefatos e similares — Mesmo com grande tradição histórica neste tipo de atividade extrativa para transformação, hoje não existem empresas de porte significativo neste gênero, mas apenas algumas plantas mais ou menos sólidas, utilizando-se de baixa densidade tecnológica combinada com intensidade de mão-de-obra semi-especializada; para as empresas de ponta do segmento, a fonte de matéria-prima localiza-se em outros estados, particularmente no Sul da Bahia, utilizando-se de um processo racional de manejo florestal (extração de madeira).

Destacam-se também as reservas de granito de Baixo Guandu (118 milhões de m³), uma riqueza que poderá ser explorada também em Pancas. Também a cerâmica vermelha — através das atividades das olarias e do artesanato — está presente na microrregião, especialmente em Baixo Guandu. Este segmento está representado em Colatina por sua principal empresa, a Cimco – Com. e Ind. de Material de Constr. Ltda.

A Microrregião Pólo Colatina não está bem equipada de centros industriais: embrionários em Colatina e em Baixo Guandu e inexistentes em Pancas, Marilândia e Alto Rio Novo. O mesmo pode-se afirmar em relação às agências de desenvolvimento local: inexistem.

Comércio e serviços — O processo de consolidação comercial que aconteceu em Colatina foi dando um contorno urbano à cidade, deixando esta de ser um mero local de aglomeração de população com incipiente leque de serviços existentes para reunir atividades econômicas típicas do segmento terciário, tornando-as acessíveis e localizadas pontualmente no espaço. Dessa forma, estabeleceu-se toda uma rede de equipamentos voltados à comercialização; ou seja, escritórios com abrangência regional, armazéns, máquinas de beneficiamento, serviços de transporte, etc. Aliado a esses serviços necessários à circulação da produção, houve, paralelamente, elevação e fortalecimento do serviço de consumo coletivo com escala mais ampliada a partir das duas últimas décadas; isto foi exigido pela realidade como condição básica para a própria reprodução da força de trabalho da população. Aumentou-se o repasse de energia elétrica, o mesmo ocorrendo com o número de equipamentos públicos, de saneamento básico, de saúde, de habitação, entre outros.

Se graves são os problemas que se abatem sobre a microrregião, especialmente o regime de estiagens prolongadas nos últimos anos, razoável, porém, é o nível de organização de sua sociedade civil. Nas pesquisas preliminares, registrou-se a presença de 54 associações de produtores rurais; 8 cooperativas; Consórcio Intermunicipal de Resíduos de Serviços de Saúde (lixo hospitalar), constituído pelos municípios de Colatina, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, São Roque do Canaã e Marilândia; Consórcio Intermunicipal da Saúde, envolvendo todos os municípios da microrregião; Cooperativa de Fruticultura de Baixo Guandu; Associação Colatinense de Defesa Ecológica (Acode).

Ultimamente as faculdades instaladas em Colatina (sede) têm aumentado a oferta de cursos de nível superior. Tal fato, aliado à prestação de serviços de saúde mais especializados e equipados, contribui para que a cidade (de Colatina) se torne ainda mais polarizadora; para ela se dirige um contingente expressivo de pessoas, não somente do interior da microrregião, mas de vários outros municípios da porção norte do Estado. Entretanto, há a necessidade de cursos — nível médio e superior — que estejam mais de acordo com o perfil socioeconômico da microrregião; ou seja, que possam estar integrados às necessidades da atividade cafeeira, do pólo de confecções, das agroindústrias alimentares, do segmento “cerâmica vermelha”, etc.

No que se refere à infra-estrutura em geral, devido à retenção irrisória de ICMS gerado pelo café (principalmente) e outras atividades, as prefeituras locais praticamente não têm capacidade de investimento mais relevante, cumprindo apenas o papel de manter minimamente a estrutura urbana em funcionamento e, mesmo assim, sem significativas obras de ampliação (ou expansão) do urbano em níveis desejáveis e sob o controle mínimo das exigências postas pela maioria da população atingida (uma exceção a esta regra geral verifica-se em Colatina e em Baixo Guandu).

Terminal de Cargas de Mascarenhas — É um empreendimento que tem por objetivo viabilizar o transporte de cargas, via ferroviária, através de uma iniciativa da Granasa/CVRD. Está implantado na Vila Mascarenhas (Baixo Guandu), próxima ao Km 91 da BR-259, e entrou em operação em junho de 1999. Trata-se de um investimento de US\$ 1 milhão e irá empregar, imediatamente, dezenas de pessoas. Seu movimento, no primeiro ano, está estimado em 100 mil toneladas, gerando divisas da ordem de US\$ 10 milhões.

Do ponto de vista dos serviços coletivos, um dos maiores gargalos da microrregião refere-se exatamente à alta demanda em termos de rede de esgoto.

Quanto à distribuição de energia elétrica, a microrregião está bem situada, especialmente o município de Colatina, não havendo, portanto, maiores problemas em relação a este setor.

Há perspectiva concreta de continuidade das obras referentes à segunda ponte sobre o rio Doce.

A seguir, algumas propostas de ação que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentado da microrregião:

Na área da “diversificação com o café”, o objetivo geral das intervenções seria, em termos de prioridades, a diversificação da cafeicultura e a introdução de culturas que possam ser integradas aos mercados, em coexistência com o café modernizado. Objetiva-se portanto incentivar múltiplas culturas e produtos, a depender da existência de articulação e competência no sentido do acesso a tais mercados.

Na área específica da cafeicultura propõem-se: estímulo à capitalização do produtor (via redução de custos e elevação dos preços ao produtor); política de disseminação tecnológica; estímulo às iniciativas associadas, visando garantir maiores ganhos aos produtores, inclusive meeiros; apoio ao estabelecimento de uma infra-estrutura mínima de beneficiamento do café. Ainda é fundamental o aumento da produção por hectare através da reforma dos cafezais existentes, utilizando-se de matrizes genéticas mais produtivas e tratos culturais que melhor combinem os vetores custo de produção/produtividade, técnicas de manejo do solo que permitam sua recuperação e utilização racional deste recurso natural.

Criar, na estrutura das prefeituras, mecanismos do complexo produtivo *diversificação com café* com vistas a promover, de forma permanente, cursos de treinamento/reciclagem sobre cafeicultura (produção x colheita x análise de mercado), reforçados/subsidiados por publicações simples sobre novas técnicas geradas em pesquisa agropecuária.

Com relação à modernização da pecuária, aumentar a produtividade na área de leite e derivados; melhorar geneticamente o rebanho; e desenvolver técnicas de manejo que estimulem a redução do seu caráter extensivo através da redução de custos.

Abertura de linhas de financiamento às atividades olerícolas (que atingem principalmente os pequenos produtores que estão às margens do rio Doce e seus

afluentes, além de córregos mais para o interior), objetivando principalmente melhorias de manejo, além de melhores equipamentos para irrigação.

Incentivo às atividades ligadas à silvicultura em geral; é importante restabelecer programas de reflorestamento que visem às áreas mais erodidas dos estabelecimentos, com vistas ao aproveitamento de material lenhoso (utilização no próprio estabelecimento e preservação das poucas manchas de Mata Atlântica que ainda existem na microrregião).

Apoiar a fruticultura tropical existente na microrregião, ainda incipiente; apesar de potencial, está diretamente ligada às condições edafoclimáticas da região, ou seja, é altamente dependente de recursos hídricos extremamente escassos. Na mesma direção, apoiar iniciativas de transformação agroindustrial da matéria-prima.

Incentivo à expansão e melhor aproveitamento da cultura do coco, objetivando incorporar e difundir conhecimentos técnicos, melhoria na formação de mudas, tratamentos culturais e condições para adaptação de outras variedades do fruto.

Investimento na assistência técnica e extensão rural através da contratação de novos profissionais (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e economistas domésticos), além da melhor adequação dos espaços físicos dos escritórios locais de atendimento (Emcaper). É fundamental que os técnicos que venham a atuar na microrregião participem de um processo eficiente e aberto de reciclagem, para serem melhor instrumentalizados para o enfrentamento das dificuldades por que passa o setor agropecuário, devido aos longos períodos de estiagem.

De todos os problemas que causam entrave ao desenvolvimento da microrregião — sobretudo do setor agropecuário —, o grande destaque está nas prolongadas estiagens que se têm abatido sobre o conjunto de municípios do Pólo Colatina. O desmatamento desenfreado, a transformação dos solos através da expansão das áreas de pastagens, o processo de erosão decorrente, a falta de consciência e desleixo da população local no que diz respeito à recuperação de encostas e nascentes, etc. levaram esta microrregião a ser assumida recentemente como área de prioridade da Sudene. Os graves problemas decorrentes das secas estão postos, e há, agora, necessidade de uma recuperação ampla das condições de produção, que passa pelo processo de recriação dos ecossistemas afetados: daí a necessidade de um grande envolvimento de todos os cidadãos, de uma atuação firme do governo estadual, das prefeituras locais, das associações, dos conselhos e ONGs dos mais variados tipos.

Apoiar o segmento confeccionista da microrregião, principalmente o importante pólo de Colatina — modernização dos equipamentos (normalmente defasados tecnicamente); consolidação de estratégias de marca; melhoria da tecnologia do corte; modelagem industrial básica; interpretação de modelagem, etc. Cabe à Sefa/ES uma política de conscientização, através de visitas, seminários, entre outros meios, dos micro e pequenos empresários locais, para que as empresas destes possam sair da “clandestinidade tributária”, entrando, por exemplo, no esquema “Simples”. Com isso ganha o Estado, a municipalidade e, em última instância, o conjunto de empresas, através de apoios formais do poder público, como abertura de linhas de crédito específicas, financiamento do treinamento da mão-de-obra local,

etc. Criar uma estratégia mais global para o setor, dando maior ênfase a sua qualificação gerencial e organizacional, especialmente do tipo “qualidade total”, além do estímulo a ações empresariais, objetivando a formação de costureiras.

Centros industriais — Apoiar estratégias que busquem a implantação dos centros/distritos industriais. Apoiar a implantação do pólo industrial de Colatina e de Baixo Guandu. O mesmo tipo de ação para as agências de desenvolvimento municipal inexistentes na microrregião.

Melhorar as condições de armazenagem da microrregião, particularmente as que dizem respeito às culturas alimentares tradicionais (arroz, milho, feijão e outras).

Para favorecer uma infra-estrutura de acumulação, há necessidade de estabelecer pólos de armazenamento, recepção, triagem e beneficiamento de produtos agropecuários.

Montagem de um banco de dados de abrangência microrregional, objetivando maior aprofundamento no processo de conhecimento da realidade, em vista de uma melhor intervenção; tal proposta será levada adiante através da cooperação de várias forças: governo do Estado, prefeituras locais e empresariado local, além do apoio de instituições que tenham experiência para tal (ex.: Bandes, Findes/Ideies, Sebrae/ES, Seplan/IJSN, Seag/Emcaper, etc.).

Incentivo por parte do governo estadual (via Seplan) às municipalidades no sentido da criação/aprimoramento de suas secretarias de planejamento (e/ou desenvolvimento econômico sustentado), propondo-se, como primeiro passo, o incentivo à liberação de pelo menos um agente de desenvolvimento local por município. Da mesma forma, no que se refere especificamente ao desenvolvimento local, a) “estimular a constituição de fóruns municipais de desenvolvimento local sustentável; b) articular com instituições parceiras o treinamento de técnicos e de lideranças locais; c) empenhar-se pela inclusão de programas de desenvolvimento local sustentável nos planos de ação do governo federal, e, mesmo, junto a agentes internacionais; d) viabilizar, em conjunto com o poder municipal, os empreendimentos locais que resolvam os problemas de infra-estrutura; e) promoção de investimentos nos municípios” (ESPÍRITO SANTO. Governo. *Desenvolvimento Local Sustentável*. Vitória : Seplan, 1999 — folder).

Infra-estrutura social e urbana — Investimentos em saúde e educação, saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e urbanização em todos os núcleos urbanos.

2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS

2.1. MUNICÍPIO DE COLATINA

2.1.1. Introdução

Colatina é o município mais populoso do Norte do Espírito Santo. Seus 104.545 habitantes correspondem a 62,30% da microrregião à qual pertence.

Com um setor comercial bastante forte e um elevado grau de urbanização, Colatina atende à demanda de produtos e serviços de muitas cidades vizinhas, o que lhe confere o *status* de pólo regional.

A economia municipal se destaca pela equiparação, em termos de importância, dos três setores tradicionais entre si, que são relativamente fortes: o setor primário, com café e pecuária; o comércio atacadista e o varejista, bastante variados; e a indústria de vestuário, de alimentos e de mobiliário como principais exemplos.

O município é cortado pela estrada de ferro Vitória-Minas, que insere a cidade no contexto do Corredor Centroleste.

2.1.2. Setor agropecuário

É um setor de grande importância para a economia local, fundamentalmente pelo significado da atividade da cafeicultura no desenvolvimento socioeconômico municipal.

O município de Colatina foi colonizado no fim do século XIX por imigrantes italianos, cuja prática inicial foi o extrativismo, seguido pela implantação da cultura do café e de pastagens.

A cafeicultura, impulsionada pelas boas perspectivas de mercado e seguindo uma tendência nacional, foi a grande propulsora de um primeiro momento de acumulação de capital e desenvolvimento econômico.

Ao longo do tempo, e ainda hoje, a cafeicultura não deixou de desempenhar um importante papel na economia municipal, principalmente na geração de emprego e renda, e, conseqüentemente, no processo de fixação da população no meio rural.

Ainda que importante, a cafeicultura apresenta, desde o seu início, fatores negativos, que até hoje comprometem o desenvolvimento das atividades agrícolas no município.

A implantação da lavoura de café, juntamente com a exploração extensiva da pecuária em relevo acidentado sem a adoção de práticas conservacionistas, permitiu a erosão laminar do solo, depreciando significativamente sua fertilidade e permitindo o assoreamento de afluentes do rio Doce.

A queda da fertilidade do solo e a distribuição irregular das chuvas são fatores suficientes para uma queda acentuada na produtividade das explorações, *vis-à-vis* à renda das propriedades agrícolas. A relação direta entre os fatores ocorre porque as alternativas possíveis (irrigação, fertilizantes e defensivos) são, para a maioria dos produtores, de difícil acesso. Um reflexo direto desta situação foi a migração campo x cidade, ocorrida sobretudo a partir da década de 60. Naquele período, a população rural representava em torno de 60% do total, passando, hoje, para a casa dos 20%, com tendências declinantes.

O café cultivado no município é do tipo conillon. A área plantada é de 26 mil ha, produzindo 50 mil toneladas, correspondentes a R\$ 40 milhões anuais. Esta produção é o resultado de uma produtividade média de 10 sacas por hectare, obtida com baixo nível tecnológico e tratos culturais mínimos ou inadequados. A experiência de alguns poucos produtores com o sistema de irrigação por aspersão ou por cotejamento resultou em uma produtividade de 40 a 50 sacas por hectare.

A pecuária, segunda atividade do setor, está inserida no mesmo contexto produtivo, ou seja, baixo nível tecnológico, manejo inadequado de rebanho e pastagens, ambos de má qualidade, resultando em baixa produtividade. Este quadro torna-se tecnicamente inadmissível quando se observa que a área de pastagens corresponde a 69,6% da área cultivada do município.

Colatina possui o maior parque de criação de camarões da Malásia do Estado, contando com cerca de 30 produtores, quase a metade do número de investidores capixabas na atividade (Revista *Espírito Santo Norte*, julho/99. Aequus Consultoria).

A estrutura fundiária municipal revela um predomínio absoluto da pequena propriedade familiar e um relativo equilíbrio no que diz respeito à área ocupada por pequenas e grandes propriedades, indicando desconcentração da posse das terras.

2.1.2. Estrutura fundiária - 1996

Classes de Área	N.º Estabelecimentos	%	Área	%
0 a 100 ha	2.177	88,13	59.660	47,54
Mais de 100 ha	293	11,86	65.816	52,45
Total	2.470	-	125.476	-

Fonte: IBGE

Em termos de número, os estabelecimentos no estrato de área de 0 a 100 ha representam 88% do total. Quanto à área apropriada, 47,5%. Os maiores de 100 ha, 12% no que diz respeito ao número e 52,5% no que se refere à área (IBGE, 1995/96).

Em relação ao crédito agrícola, confira-se a situação atual no quadro que segue.

Projetos contratados com recursos do Pronaf no município de Colatina no ano de 1999:

Banestes	01 projeto	Valor	R\$ 13.236,00
Bandes	02 projetos	Valor	R\$ 20.000,00

Projetos contratados com outros recursos no município de Colatina no ano de 1999:

Banestes	05 projetos	Valor	R\$ 85.403,00
----------------	-------------	-------------	---------------

Recursos do Pronaf recebidos pelo município de Colatina e empregado no ano de 1998 através da Prefeitura Municipal de Colatina:

Implantação de viveiros	R\$ 15.000,00
Máquinas	R\$ 185.000,00

O município de Colatina possui uma área de reflorestamento de 854 hectares, correspondentes à adesão de 80 produtores ao Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose. O programa possui as seguintes modalidades de contratos:

1.º - Termo de Entrega de Mudanças

Fornece:

- Mudanças de eucalipto para plantio e replantio;
- Assistência técnica por um ano;
- 3% de mudas de essências nativas.

Área mínima para contratação: 2 ha.

2.º - Termo de Preferência e Outras Avenças

Fornece:

- Mudanças de eucalipto para plantio e replantio;
- Assistência técnica por um ano;
- Adubo;
- Isca formicida;
- 3% de mudas de essências nativas.

Área mínima para contratação: 3 ha.

3.º - Contrato de Compra e Venda de Madeira de Eucalipto

Fornece:

- Mudanças de eucalipto para plantio e replantio;
- Assistência técnica durante o período de vigência do contrato;
- Adubo;
- Isca formicida;
- 3% de mudas de essências nativas;
- Adiantamento financeiro para custeio das atividades.

Área mínima para contratação: 5 ha.

Obs.: Após realizado o primeiro corte, caso haja interesse de ambas as partes, poderão firmar contratos para condução de brotação.

2.1.3. Setor industrial

O setor industrial é bastante significativo para a economia do município. As unidades industriais instaladas, em número de 314, correspondem a 77,3% do total da microrregião. O número de empregos diretos gerados por estas unidades representa 93,6% do total microrregional.

O destaque especial é para o gênero vestuário, com 138 empresas (43,9% do total), empregando 3.788 pessoas (45% do total de empregos gerados pelo setor). O volume total produzido anualmente é de 1,5 milhões de peças, que são vendidas para todo o País e também para o Exterior. Os gêneros mobiliário, minerais não-metálicos e alimentos, cada um com 24 empresas, apresentam-se, igualmente, com relativo significado no setor. A indústria de alimentos emprega 1.229 pessoas, que representam 14,8% de todo o pessoal ocupado em atividade industrial no município. Neste gênero, o destaque é o Frigorífico Rio Doce S/A, que em 1998 apresentou os seguintes dados:

Produção (em toneladas):

Carne bovina	12.849
Embutidos	1.776
Congelados	8.021
Enlatados	2.765
Industrializados	3.195
Charque	1.533
Outros	1.675
TOTAL	31.814

Faturamento (em reais):

Mercado Interno	69.099.818,72
Mercado Externo	6.965.510,61
TOTAL	76.065.329,33

Capital social:

Autorizado	R\$ 45.388.888,89
Realizado	R\$ 25.938.181,64

Número de empregados 885

2.1.4. Centro/distrito industrial

No momento, o município não possui centro industrial; porém está em vias de ser instalado no bairro de Barbados, próximo à ES-259, que liga Colatina à BR-101.

2.1.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 1997, este setor emprega 15.141 pessoas no município, o que significa 54,5% do total de empregados registrados. No âmbito da microrregião este número representa 82,6% do total de empregados em atividades deste setor.

2.1.6. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Caixa Econômica Federal
- HSBC – Bamerindus
- Itaú
- Unibanco

2.1.7. Prefeitura Municipal de Colatina

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura
- Desenvolvimento Urbano
- Finanças
- Indústria e Comércio
- Meio Ambiente
- Planejamento e Orçamento
- Transporte, Obras e Infra-estrutura

Obs.: O município possui PDU aprovado.

2.1.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- IBGE
- Sesc/Senac
- Sesi/Senai

2.1.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.1.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal de Resíduos de Serviços de Saúde (lixo hospitalar) — Atualmente está sendo implementado pela Companhia de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (Sanear), em parceria com a Prefeitura Municipal de Colatina e a CST, envolvendo, além de Colatina, os municípios de Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, São Roque do Canaã e Marilândia. O consórcio tem por objetivo a coleta e incineração de resíduos hospitalares, de alto risco de contaminação, como forma de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

A Companhia Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, criada pela Lei municipal n.º 4.514, de 29 de dezembro de 1998, tem por objetivo o planejamento, a execução e a transferência de tecnologia de todo o serviço de saneamento ambiental do município de Colatina, compreendendo os imprescindíveis à população: água, esgotos, coleta, tratamento e disposição do lixo e meio ambiente.

A companhia absorveu as atribuições e responsabilidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) e do Serviço Autônomo de Meio Ambiente e Limpeza Urbana (Samal), que foram extintos.

2.1.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos ONGs e outros

Associação Colatinense de Defesa Ecológica (Acode) — Tem por objetivo a fiscalização de ações agressoras ao meio ambiente e a promoção da educação ambiental.

*Associação de Produtores Rurais de Baixo Moacyr*¹

Associação de Produtores Rurais de Barra de São João Pequeno

Associação de Produtores Rurais de Boapaba

Associação de Produtores Rurais de Cascatinha do Pancas

Associação de Produtores Rurais de Córrego Frio, Bela Aurora

Associação de Produtores Rurais de Governador Lindemberg

Associação de Produtores Rurais de Paul de Graça Aranha

Associação de Produtores Rurais de Povoação de Baunilha

Associação de Produtores Rurais de Rio Bonito

¹ O município possui 42 associações de produtores com 2.531 associados, sendo que 25 delas são, atualmente, consideradas atuantes.

Associação de Produtores Rurais de Santa Catarina

Associação de Produtores Rurais de Santo A. do Fereguetti

Associação de Produtores Rurais de São João da Barra Seca

Associação de Produtores Rurais de São João Grande

Associação de Produtores Rurais de São João Pequeno

Associação de Produtores Rurais de São Luiz da Barra Seca

Associação de Produtores Rurais de São Pedro Frio/São Julião

Associação de Produtores Rurais do Córrego B. J. Baunilha

Associação de Produtores Rurais do Córrego Cascatinha

Associação de Produtores Rurais do Córrego Dantas

Associação de Produtores Rurais do Córrego Estrela

Associação de Produtores Rurais do Córrego Macuco

Associação de Produtores Rurais do Córrego Moacir

Associação de Produtores Rurais do Córrego Piabas/Jacarandá

Associação de Produtores Rurais do Córrego Senador

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Conselho Municipal de Política Agrícola

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Segurança

Conselho Municipal de Transporte

Sindicato das Indústrias de Vestuário de Colatina

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina (3.099 associados)

Sindicato Patronal Rural de Colatina (4.649 associados)

2.1.12. Projetos potenciais

Instalação da Indústria de Tecelagem “Tecidos Bangu”.

2.1.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.1.14. Instituições de ensino superior

União das Escolas de Ensino Superior Capixaba (Unesc)

Rua Fioravante Rossi, 2.930

S. Braz

Colatina ES

29.703-360

Telefones: 721-3000 e 721-3263

Cursos oferecidos: Direito; Ciências Econômicas; Administração de Empresas com ênfase em Análise de Sistema; Tecnólogo em Processamento de Dados; Tecnólogo em Administração.

Fundação Educacional Presidente Castelo Branco (Funcab)

a) Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Colatina (Facec)

Avenida Brasil, 1.303

Bairro Maria das Graças

Colatina ES

29.705-100

Telefones: 722-0533 e 722-5764

Cursos oferecidos: Administração de Empresas; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas.

b) Faculdade de Filosofia e Letras de Colatina (Fafic)

Cursos Oferecidos: Pedagogia, com formação específica em Magistério, Orientação Escolar, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Inspeção Escolar; História Geral; Geografia Geral; Letras, com formação específica em: Português, Português/Francês e Português/Inglês.

2.1.15. Instituições/pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper

(José Carlos Grobério, telefax 722-5996)

Rua Marechal Eurico Gaspar Dutra, 69

Esplanada

Colatina ES
29.702-150
E-mail: colatina@emater.es.gov.br

Prefeitura Municipal de Colatina
(João Bosco Pedruzzi, fones 381-7000; 381-7003; 381-7004; 381-7005)
Av. Ângelo Giuberti, 343
Bairro Esplanada
Colatina ES
29.702-902

2.2. MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU

2.2.1. Introdução

O município de Baixo Guandu foi instalado em 8 de junho de 1935, ocupando uma área de 915,97 km², que equivale a 1,98% da área do Estado. A sede municipal dista 184 km da Capital.

Baixo Guandu possui uma bacia hidrográfica formada pelo rio Doce-Suruaca, com uma área de drenagem de 920 km². Quanto às zonas naturais, predominam as terras quentes, acidentadas e secas (67,5%), além das terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas/secas (9,5%), terras quentes, planas e secas (4,2%) e terras frias, acidentadas e chuvosas (2,3%).

Possui uma população estimada (1998) de 26.458 habitantes, sendo 69% localizada na área urbana (IBGE, 1996), com uma densidade demográfica de 29 hab/km² e uma taxa de crescimento anual da população (1991/96) de -0,4, que é menor que a do Estado (1,51).

2.2.2. Setor agropecuário

A cultura do café é a base econômica do município, ocupando uma área de 7.183 ha, com uma produção de 5,171 mil toneladas. O valor bruto da produção é de R\$ 8,619 milhões, que representa 75,6% do valor da produção agropecuária municipal, conforme a Emcaper local.

Essa lavoura está se destacando na economia municipal, com a expansão de novos plantios, em que são empregadas modernas: tecnologias.

No passado, as culturas de arroz, milho e feijão eram bastante representativas para o município, mas atualmente são consideradas atividades de subsistência. Perderam área de plantio, conseqüentemente, retorno econômico em relação ao café, à fruticultura e à bovinocultura.

Quanto à fruticultura, seus principais cultivos são os seguintes: manga, goiaba, limão branco, coco, banana, pinha e mamão. Essas culturas estão ganhando espaço e competindo com as demais explorações agrícolas.

A estrutura fundiária do município caracteriza-se pelo predomínio de 761 estabelecimentos no estrato de 0 a 50 ha, representando 70% do total; no estrato de 50 a 100 ha, 15%; acima de 100 ha, 15% (IBGE 1995/96).

A forma de gestão predominante nas propriedades é a agricultura familiar.

Vale destacar como pontos de estrangulamento do setor: comercialização, principalmente na fruticultura; falta de recursos hídricos para irrigação devido à falta de chuvas (diminuição do volume d'água dos mananciais); e falta de recursos financeiros para o setor.

A pecuária existente no município é mista, com um rebanho de 35.862 cabeças e produzindo 1.260 toneladas. Essa atividade gera para o município uma renda de R\$ 2,1 milhões/ano. Atualmente passa por um momento de retração, devido ao estado das pastagens (estiagens prolongadas) e descapitalização dos pecuaristas.

Segundo a Emcaper local, o município não possui agroindústrias. Alguns produtores produzem, de forma artesanal, queijo, manteiga, aguardente, doce, etc., sendo tais produtos comercializados no próprio município.

Está em fase de implantação a Cooperativa de Fruticultura, localizada no distrito de Ibituba, congregando 86 cooperados, tendo como objetivo a comercialização e despulpamento de frutas; tal produção será destinada à exportação. Essa cooperativa integra municípios vizinhos do Espírito Santo e de Minas Gerais, objetivando instaurar uma economia de escala, seguindo regras e padrões internacionais de controle de qualidade.

A Emcaper tem prestado orientação técnica nas principais atividades agropecuárias, mesmo com as dificuldades financeiras em cerca de 60% das pequenas propriedades. Sabe-se que o setor passa por transformações tecnológicas e que o produtor tem feito uso de várias modalidades de tecnologia; com isso, tem aumentando a demanda por informações e acompanhamento *in loco*.

A prefeitura tem colaborado com recursos financeiros e equipe técnica, levando em frente o Programa de Desenvolvimento Rural Municipal. Com isso, amplia-se o atendimento às propriedades rurais.

Com relação ao crédito agrícola, o município conta com o Pronaf para o custeio das atividades relativas à cafeicultura e à pecuária. No ano de 1998 totalizou 108 operações, com um montante de R\$ 289.620,00.

2.2.3. Setor industrial

Segundo a Findes/Ideies (1997/98), o município emprega 36% do pessoal na indústria de minerais não-metálicos; em seguida vem a indústria de extração de minerais, que ocupa 16%, sendo o restante distribuído entre vários gêneros existentes.

Em âmbito microrregional, o município representa 11,6% do total de unidades instaladas e 3,7% do pessoal ocupado, ficando em segundo lugar em relação aos demais municípios.

2.2.4. Centro/distrito industrial

Existe uma área com algumas pequenas indústrias locais instaladas e estão sendo desapropriadas outras áreas às margens da EFVM/CVRD e da Rodovia BR-259 para sediar empreendimentos maiores, alguns já em fase de negociação.

2.2.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 1997, este setor emprega 1.350 pessoas no município, o que representa 37,1% do total de empregados registrados. No âmbito da microrregião, este número representa 7,3% do total de empregados em atividades deste setor.

2.2.6. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Caixa Econômica Federal

2.2.7. Prefeitura Municipal de Baixo Guandu

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Econômico
- Obras e Serviços Urbanos
- Planejamento

O projeto para aprovação do PDU está, no momento (ago/1999), em tramitação na Câmara Municipal.

Principais atividades da prefeitura atualmente: a) Recuperação de jardins e fonte luminosa da Praça Getúlio Vargas; b) Construção da Praça São Pedro em frente à igreja matriz, para privilegiar o artesanato local, a missa campal, com áreas verdes e lagos; c) Espaço, construído recentemente, que abriga 250 crianças carentes e a elas oferece cursos profissionalizantes e reforço escolar, além de alimentação diária e interação projeto/família; d) Engenharia municipal na perspectiva de asfaltamento, paisagismo e sinalização das principais vias urbanas e de acesso à sede do município; e) Reforma, ampliação e construção de uma ala pediátrica no Hospital Jones dos Santos Neves.

2.2.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Funasa (controle epidemiológico)
- Idaf
- Sebrae Itinerante (com sede em Colatina)

2.2.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.2.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio de Recuperação Hídrica do Rio Guandu — Formado por quatro municípios: Afonso Cláudio, Brejetuba, Baixo Guandu e Laranja da Terra. Abrange a bacia hidrográfica do rio e visa a preservação do meio ambiente, além da educação ambiental. Presidente: prefeito de Baixo Guandu.

Consórcio Intermunicipal de Resíduos de Serviços de Saúde (lixo hospitalar) — Atualmente está sendo implementado pela Companhia de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (Sanear), em parceria com a Prefeitura Municipal de Colatina e a CST, envolvendo, além de Colatina, os municípios de Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, São Roque do Canaã e Marilândia. O consórcio tem por objetivo a coleta e incineração de resíduos hospitalares, de alto risco de contaminação, como forma de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

2.2.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Comissão Municipal do Trabalho

Conselho Municipal de Ação Social

Cooperativa dos Cortadores de Pedra (brita)

Cooperativa dos Produtores Rurais de Alto Mutum Preto

Cooperativa dos Produtores Rurais de Ibituba

Cooperativa dos Produtores Rurais de Queixada

Cooperativa dos Produtores Rurais de Santa Rosa

Cooperativa dos Produtores Rurais de Vila Nova de Bananal

Cooperativa dos Produtores Rurais do Km 14

Juventude Unida do Bairro Sapucaia (Jubs)

Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sindicato Patronal Rural

2.2.12. Projetos potenciais

a) O granito é seu principal produto mineral, representando 16,4% das reservas estaduais — estimadas em 118 milhões de metros cúbicos —, ficando em quarto lugar no *ranking* dos municípios com as maiores reservas. O granito verde bahia ou ubatuba, de excepcional qualidade, é a principal atração e a maior fonte de divisas. b) Na agricultura, destaca-se o café e a pecuária bovina. c) O município é rico em argila vermelha, tradicionalmente utilizada pelas olarias e artesãos locais. d) Constituição de um pólo moveleiro. e) Logística de transporte, a partir da implantação dos terminais de carga ferroviários em Mascarenhas e da Rota Noroeste (linha rodoviária que ligará os municípios do Noroeste — Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Águia Branca, Alto Rio Novo, Pancas — e os do sudoeste — Itaguaçu, Laranja da Terra, Itarana, Afonso Cláudio e Brejetuba a Baixo Guandu). Tal logística viabilizará a alternativa de escoamento de produção, via ferroviária, até os portos. Permitirá, também, uma interação maior com os vizinhos mineiros e promoverá o desenvolvimento daquela região.

Vantagens comparativas — i) O município é servido por quatro rodovias (BR-259, ES-164, ES-165 e ES-446), que permitem sua ligação com os municípios do Norte, Sul, Leste e Oeste) e por um aeroporto com 1.200 m de pista. ii) O terminal de cargas de Mascarenhas é um empreendimento para viabilizar o transporte de cargas, via ferrovia, através de uma iniciativa da Granasa/CVRD. Está implantado na Vila Mascarenhas, próximo ao Km 91 da BR-259, e entrou em operação em junho de 1999. Trata-se de um investimento de US\$ 1 milhão e irá empregar, imediatamente, dezenas de pessoas. Seu movimento, no primeiro ano, está estimado em 100 mil toneladas, gerando divisas da ordem de US\$ 10 milhões. iii) A inserção do município na área da Sudene lhe confere o acesso a todos os incentivos estaduais existentes, como Fundap, Funres, Geres, além da postergação do ICMS; conta, também, com incentivos municipais, como a doação de terreno próximo à ferrovia e à BR-259, e a isenção de impostos.

2.2.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.2.14. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.2.15. Instituições/pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper
(Anízio Luiz Sperandio, telefax 732-1436)
Rua Fritz Von Lutzow, 176
Centro
Baixo Guandu ES

29.730-000

E-mail: baixoguandu@emater.es.gov.br

Prefeitura Municipal de Baixo Guandu

(Martha E. Ferreira, telefax 225-9696; fone 961-9616)

Av. Antônio Borges, 75/1.003

Mata da Praia

Vitória ES

29.065-250

E-mail: mferr@zaz.com.br

2.3. MUNICÍPIO DE PANCAS

2.3.1. Introdução

O município de Pancas, pertencente à microrregião Pólo Colatina, foi instalado em 22 de janeiro de 1964. Possuindo uma área territorial de 819,6 km², que representa 1,77% da área do Estado, dista 189 km da Capital.

A bacia hidrográfica presente é a de rio Doce-Suruaca, com uma área de drenagem no município de 825 km².

A população estimada para 1998 era de 19.707 habitantes, sendo 59% localizada na zona rural e 41% na zona urbana (IBGE, 1996), com uma densidade demográfica estimada de 24,04 hab/km² e uma taxa média geométrica de crescimento anual da população (1991-96) de -0,9, abaixo da do Espírito Santo (1,51).

2.3.2. Setor agropecuário

Os dados fornecidos pela Emcaper (1998) demonstram que o setor possui grande representatividade, sendo a cafeicultura a atividade de maior expressão econômica; basta observar que o café conillon, ocupando uma área de 12.100 ha, produz 5.800 toneladas de café em coco, e o café arábica, com uma área de 1.400 ha, produz 800 toneladas.

A cultura do café gera aproximadamente 11.548 empregos. Existe no município uma infra-estrutura de comercialização em que o pequeno produtor é o primeiro a ser beneficiado. Um dos entraves neste setor é a seca, que compromete a produtividade do café. É preciso modernizar, fazendo com que toda a lavoura seja irrigada. Para renovar as lavouras velhas, um dos obstáculos é o alto preço das mudas de qualidade (preferencialmente clonais).

O município produz também milho, que ocupa uma área plantada de 800 ha e produz 2.400 toneladas; o arroz, com área de 600 ha, produz 1.500 toneladas; e o feijão, com área plantada de 400 ha, apresenta produção de 200 toneladas. Os entraves nas culturas de milho, feijão e arroz estão relacionados às condições climáticas desfavoráveis devido à seca. Normalmente o milho e o feijão são plantados em consórcio com o café, e seu plantio só pode ser iniciado com chuva, muitas vezes escassa, o que eleva o custo de sua produção. Por isso estas culturas vêm diminuindo ano a ano, vindo a restringir-se ao cultivo de subsistência.

O arroz, por ter sofrido elevação do custo de produção, também tem se tornado um cultivo de subsistência. Além disso, a constante seca na região vem provocando a diminuição do nível d'água das várzeas, o que limita ainda mais o papel desta cultura.

Na fruticultura está sendo introduzido o plantio de goiaba (em torno de 40 ha) e de coco (30 ha).

O eucalipto ocupa uma área plantada de 2.500 ha, apresentando uma produção de 200 m³.

A pecuária é a segunda atividade geradora de renda. Possui um rebanho de 15 mil cabeças, gerando 8,82 milhões de litros de leite e 500 toneladas de carne. Como entraves neste setor cite-se, em primeiro lugar, a baixa remuneração do leite, carecendo de uma melhor comercialização no mercado, que só será possível com sua industrialização. Em segundo lugar vêm as estiagens prolongadas dos últimos anos, que exigem a adoção de meios suplementares de arraçamento do rebanho bovino na seca.

A forma de gestão predominante é a agricultura familiar, parceria e mão-de-obra de terceiros (esta, eventualmente, na época da safra do café).

O município tem potencialidade para cafeicultura, fruticultura, pecuária e a extração de granito.

A Emcaper faz cobertura de 52% das propriedades.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico é o órgão que atende e dá acompanhamento técnico aos agricultores, embora necessite de um veículo para que este acompanhamento seja eficiente.

O município é beneficiado pelos programas Pronaf, Funcafé e Proger. Por fazer parte da área de atuação da Sudene, Pancas contará com recursos do Banco do Nordeste. Através do Pronaf foram adquiridos máquinas, implementos agrícolas e insumos destinados aos agricultores de base familiar.

2.3.3. Indústrias instaladas no município

Segundo dados da Findes/Ideies (1997/98), o município conta com 18 empresas, que são responsáveis por 72 pessoas ocupadas. O gênero mobiliário ocupa o primeiro lugar, com 4 empresas, que representam 13% do pessoal ocupado. O alimentar vem em segundo lugar, com 3 empresas, ocupando 22% do pessoal. Em terceiro lugar, os minerais não-metálicos, com 3 empresas, sendo responsáveis por 11% do pessoal. Todo o restante do pessoal ocupado (54%) encontra-se alocado nas empresas dos mais diversos gêneros.

Quanto ao número de unidades industriais instaladas e pessoal ocupado por município na Microrregião Pólo Colatina, Pancas conta com 0,8% de pessoal ocupado e 4,5% das unidades instaladas, ficando em quarto lugar em relação aos demais municípios.

2.3.4. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.3.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, este setor emprega 993 pessoas no município, o que significa 69,8% do total de empregados registrados. No âmbito da microrregião, este número representa 5,4% do total de empregados em atividades deste setor.

2.3.6. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes

2.3.7. Prefeitura Municipal de Pancas

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Desenvolvimento Econômico
- Finanças
- Planejamento
- Transporte, Obras e Infra-estrutura

2.3.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Funasa (controle epidemiológico)
- Idaf
- Sebrae/ES

2.3.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.3.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal da saúde — Constituído pelos municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Pancas e Marilândia.

2.3.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Produtores Rurais de Pancas
(Daniel Borchardt)

Associação de Produtores Rurais do Vale do Ubá
(Luiz Pedro Schumacher)

Associação de Produtores Rurais do C. Boa Vista
(Altivo Alves Ribeiro)

Associação de Produtores Rurais do C. Paraná
(José Mapeli Sobrinho)

Associação de Produtores Rurais do Córrego Pião
(Alaci Beraldo dos Reis)

Associação de Produtores Rurais de Montes Claros
(Pedro Dalmonte)

Associação de Produtores Rurais de Laginha
(Floriano Schuram)

Associação de Produtores Rurais do C. São Pedro
(Liciano Verfloet)

Associação de Produtores Rurais do Córrego Brejo
(Osmar Tesch)

Associação de Produtores Rurais do Córrego Espinho
(Marcos Jacob)

Associação de Produtores Rurais do Vale da Prata
(Maximiniano Geraldo Tedesco)

Associação de Produtores Rurais da Pedra Bonita
(Francisco Schwartz)

Associação de Produtores Rurais de Alto Pancas
(Adão Verdán de Souza)

Associação de Produtores Rurais da Pedra Camelo
(Gerson Romais)

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal Programa Garantia de Renda Mínima

Cooperativa Educacional de Pancas (Cooepa)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas
(Paulo Rodrigues de Souza)

Sindicato Patronal
(Eucir de Vasconcelos)

Sociedade Pestalozzi de Pancas

2.3.12. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.3.13. Instituições/pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper
(Neusiléia Pagung Ribeiro, telefax 726-1208)
Rua Ametista, 296
Pancas ES
29.750-000

Prefeitura Municipal de Pancas
(Valter Norberto Bezerra, telefax 726-1301)
Av. Antônio Cabalini, 28
Centro
Pancas ES
29.750-000

2.4. MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA

2.4.1. Introdução

O município de Marilândia, instalado em 31 de janeiro de 1983, possui uma área territorial de 303,24 km², o que representa 0,65% da área do Estado. A sede municipal dista 161 km da Capital.

Com uma área de drenagem no município de 246 km², a bacia hidrográfica presente em Marilândia é a do rio Doce-Suruaca. Em relação às zonas naturais, predominam as terras quentes, acidentadas e secas (94%), além das de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca (6%).

A população estimada para 1998 era de 9.574 habitantes, estando 66% na zona rural e 34% na urbana (IBGE, 1996). A taxa média geométrica de crescimento anual da população é de 0,94, abaixo da do Estado (1,51). Sua densidade demográfica é de 31,5 hab/km² (IBGE, 1998).

2.4.2. Setor agropecuário

A principal cultura do município é o café, representando 95,5% da renda total do setor (IBGE, 1995/96). A área cultivada é de 11 mil ha, com produção de 11.200 t/coco, gerando um valor bruto de R\$ 12 milhões (Emcaper, 1998). Existe no município uma fazenda experimental de pesquisa de café conillon.

São consideradas culturas de subsistência: o milho, com 500 ha de área plantada e produção de 500 t/ano; o feijão, com 120 ha de área plantada e produção de 86 t/ano; e o arroz, com 150 ha de área plantada e produção de 450 t/ano. No caso do feijão e do milho, a maior parte é cultivada em consórcio com o café.

O plantio de coco é crescente no município. Diversas outras culturas foram tentadas, sem muito sucesso.

Em função de fatores climáticos (estiagem prolongada), as lavouras, mesmo com parte irrigada, conseguem produzir aproximadamente 60 a 70% de suas potencialidades.

Os principais pontos de estrangulamento do setor são a baixa precipitação pluviométrica e a falta de investimentos em função da descapitalização do produtor.

Estima-se que aproximadamente 2.500 pessoas trabalham nas lavouras.

Segundo o relatório do Pronaf, a pecuária consiste em atividade de subsistência, apresentando um rebanho de aproximadamente 8 mil cabeças, entre engorda, leite e bezerros. Há necessidade de investimentos nesta área para que o rebanho seja melhorado e se torne uma atividade rentável.

A forma de gestão predominante das propriedades é a agricultura familiar, com a participação, na maioria delas, de parceiros (meeiros).

A estrutura fundiária está representada, em 79%, por estabelecimentos de 0 – 50 ha. Os estabelecimentos de 50 – 100 ha correspondem a 13% e os acima de 100 ha a 8% do total (IBGE, 1995/96).

Ainda de acordo com o relatório do Pronaf, no município existem algumas fabriquetas caseiras que produzem queijos, doces, biscoitos, vinhos, licores, conservas para consumo familiar. Há também vários alambiques, sendo na maioria pequenas fábricas, que trabalham sem alvará, licença ou qualquer autorização de funcionamento.

O órgão da prefeitura que se dedica à agricultura é a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente; porém, não presta assistência técnica aos agricultores, pois não possui técnicos com essa função em seus quadros. Apesar disso, o trabalho do secretário é eficiente, pois a prefeitura possui uma patrulha mecanizada que atende anualmente grande parte das propriedades com serviços de aração, gradagem e beneficiamento de grãos, construção de poços e represas, construção de estradas, bueiros, terreiros de secagem, etc.

Quanto ao crédito agrícola, os principais financiamentos são: custeios agrícolas (café) e investimentos (irrigação, eletrificação e infra-estrutura de secagem do café).

Os agentes financeiros que operam no município são: Banco do Brasil (agência Colatina), Bandes (agência Vitória) e Banestes. Estão sendo instalados o Bancoob e o Banco do Nordeste. Tal fato está gerando expectativa de maior oferta de crédito rural.

Em relação aos recursos do Pronaf, foram empregados por parte da União R\$ 330 mil, com uma contrapartida de R\$ 48 mil da prefeitura nos anos de 1997 e 1998. Com tais recursos foram adquiridos: escavadeira, carregadeira, trator de pneus, caminhonete e máquina de pilar café. Foi realizada ainda a eletrificação rural trifásica, a construção de um viveiro municipal para produção de mudas clonais, recuperação de pontes e ensaibramento de estradas. Tudo isso foi feito com objetivo de melhorar a infra-estrutura para melhor atendimento à agricultura familiar.

A cobertura da Emcaper gira em torno de 40% da demanda total, em função de apenas um técnico atuando no escritório. Hoje, com a presença de dois técnicos, essa cobertura poderá ser dobrada, já que a demanda de assistência técnica é de aproximadamente 90%.

2.4.3. Indústrias instaladas no município

Em Marilândia existem 21 indústrias instaladas, sendo 4 (minerais não-metálicos) responsáveis por 45% do pessoal ocupado. As de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, em número de três, são responsáveis por 38% das pessoas ocupadas neste setor. O restante dos postos (17%) encontra-se dividido entre 14 empresas dos mais diversos gêneros.

Em relação à Microrregião Pólo Colatina, Marilândia ocupa o terceiro lugar, com 5,2% das indústrias e 1,8% do total de pessoal ocupado no setor.

2.4.4. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.4.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, este setor emprega 293 pessoas no município, o que significa 48,2% do total de empregados registrados. Em âmbito microrregional, este número representa 1,5% do total de empregados em atividades deste setor.

2.4.6. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.4.7. Prefeitura Municipal de Marilândia

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Finanças
- Meio Ambiente
- Planejamento
- Transportes, Obras e Infra-estrutura

O município não possui PDU.

2.4.8. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper
- Idaf

2.4.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.4.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal de Saúde — Formado pelos municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Pancas e Marilândia.

Consórcio Intermunicipal de Resíduos de Serviços de Saúde (lixo hospitalar) — Atualmente está sendo implementado pela Companhia de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (Sanear), em parceria com a Prefeitura Municipal de Colatina e a CST, envolvendo, além de Marilândia, os municípios de Baixo Guandu, Colatina, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa e São Roque do Canaã. O consórcio tem por objetivo a coleta e incineração de resíduos hospitalares, de alto risco de contaminação, como forma de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

2.4.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal da Educação

Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Central das Associações de Produtores Rurais do Município de Marilândia
(Engloba todas as associações de produtores rurais, que são em número de 12)

2.4.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.4.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.4.14. Instituições/pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper
(Alimar Comércio e Élio José dos Santos,
telefax 724-1264)
Rua São Tarcísio, 108
Centro
Marilândia ES
29.725-000

Prefeitura Municipal de Marilândia
(Fernanda Sala Padovan, fones 724-1201 / 724-1203; telefax 724-1294)
Rua Ângela Savergnini, 93
Centro
Marilândia ES
29.725-000

2.5. MUNICÍPIO DE ALTO RIO NOVO

2.5.1. Introdução

Alto Rio Novo, instalado em 1.º de janeiro de 1989, desmembrado de Pancas, ocupa uma área de 238,3 km², que equivale a 0,51% da área do Estado. A sede municipal dista 225 km da Capital.

Sua bacia hidrográfica é formada pelo rio Doce-Suruaca, com área de drenagem de 234 km². Em relação às zonas naturais, predominam as terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas (89,3%), além de terras quentes, acidentadas e secas (10,7%).

Possui uma população estimada (1998) de 7.071 habitantes, sendo 33% localizada na área rural, com uma densidade demográfica de 30 hab/km² e uma taxa de crescimento anual da população (1991/96) de -0,9, que é menor do que a do Estado (1,51).

2.5.2. Setor agropecuário

A cultura do café arábica é a base econômica do município, ocupando uma área de 4.800 ha, com uma produção de 1.500 toneladas beneficiadas. Está mais ou menos estabilizada, com tendência ao aumento de produtividade e qualidade.

Segundo a Emcaper local, as culturas de cereais (arroz, milho e feijão) são de menor importância econômica, pois são consideradas de subsistência, sendo o excedente vendido na própria região.

O município tem passado por longo período de estiagem, que, associada à falta de investimentos e de técnicas adequadas, tem provocado muitas perdas na produção agrícola.

Na fruticultura, destaca-se a banana, com área de 60 ha, apresentando uma produção de 180 toneladas. Essa atividade tem tendência a crescimento e com razoável representatividade econômica.

O município desenvolve a silvicultura (eucalipto) numa área de 800 ha, com relativa importância econômica, sendo desenvolvida em áreas secas e degradadas.

A estrutura fundiária do município, segundo o IBGE (1995/96), está concentrada nos estabelecimentos de 0 a 50 ha, com 381 propriedades, que representam 79% da área total; os estabelecimentos de 50 a 100 ha e os de mais de 100 ha representam, cada estrato, 11% do conjunto, perfazendo um total de 483 estabelecimentos.

A forma de gestão predominante nas propriedades é a agricultura familiar, que emprega aproximadamente 3 mil pessoas, com variação nas épocas de colheita.

O município tem potencialidade para desenvolver a fruticultura, a horticultura e a piscicultura.

Os pontos de estrangulamento mais significativos para o desenvolvimento do setor são: a) problemas climáticos – falta de chuva; b) produtores rurais descapitalizados; c) falta de iniciativa por parte dos órgãos competentes; d) desunião da categoria dos produtores rurais; e) falta de diversificação da agricultura para diminuir a dependência em relação à monocultura cafeeira.

A pecuária existente no município é a leiteira, com uma produção de 550 mil litros. Parte desta produção é consumida pelas cooperativas de Resplendor e Mantena e o restante é industrializado pelos próprios produtores. No tocante à pecuária de corte, esta abastece o mercado interno, além de fornecer matéria-prima para dois frigoríficos localizados no Estado. Essa atividade é de grande importância econômica para um determinado grupo de produtores.

De acordo com o relatório do Pronaf, a baixa produtividade da pecuária bovina (carne/leite) ocorre devido aos seguintes fatores: má qualidade das pastagens, não-adoção de alimentação suplementar, baixo controle sanitário e má qualidade do rebanho.

Segundo a Emcaper local, o município possui pequenas agroindústrias, funcionando em regime de economia informal, gerando 30 empregos, e utilizando matéria-prima local. Queijos artesanais, iogurte e leite pasteurizado são comercializados no próprio município.

A Emcaper atinge (assistência técnica e extensão rural) aproximadamente 60% dos estabelecimentos do município.

Crédito agrícola — Atualmente o município de Alto Rio Novo não possui nenhuma linha. Em períodos anteriores houve financiamento de alguns projetos com recursos do Funcafé e Pronaf. Em 1998 o Pronaf municipal recebeu cerca de R\$ 153 mil — sendo os recursos em conformidade com o CMDR —, que foram aplicados na aquisição de um veículo (caminhão) e na construção de pontes e bueiros. O objetivo básico é o atendimento ao agricultor familiar.

2.5.3. Indústrias instaladas no município

No município existem 3 empresas do gênero alimentos, sendo este responsável por 80% do pessoal ocupado no setor. O restante dos postos de trabalho está representado pelo gênero serviços industriais de utilidade pública.

O município de Alto Rio Novo representa apenas 1,48% do total de unidades instaladas da Microrregião Pólo Colatina e 0,06% do pessoal ocupado, ficando em último lugar em relação aos demais municípios da Microrregião.

2.5.4. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.5.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, este setor emprega 542 pessoas no município, o que significa 82,8% do total de empregados registrados. No âmbito da microrregião, este número representa 2,9% do total de empregados em atividades deste setor.

2.5.6. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.5.7. Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Desenvolvimento Econômico
- Finanças
- Transporte, Obras e Infra-estrutura

O município não possui PDU.

Com recursos do orçamento geral da União o município adquiriu um trator e deu início ao processo de eletrificação rural.

2.5.8. Estruturas do Estado (e do governo federal) presentes no município

- Emcaper
- Idaf
- Funasa (controle epidemiológico)

2.5.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.5.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal de Saúde — Formado por 12 municípios: Pancas, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Alto Rio Novo, Águia Branca, Água Doce do Norte, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Pavão. Visa auxiliar no tratamentos de doenças mais graves, fornecendo uma cota gratuita de exames especializados e consultas. Presidente: Wilson Elizeu Coelho. Secretário executivo: Dinaldo Fernandes da Silva.

2.5.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs, e outros

Associações de pequenos produtores rurais (quatro)

Conselho Municipal da Condec

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico

Cooabriel (com cerca de 100 associados)

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alto Rio Novo

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sindicato Rural

Sociedade Pestalozzi de Alto Rio Novo

2.5.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.5.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.5.14. Instituições/pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper

(Dari José de Oliveira fone 745-3233)
Rua Paulo Martins s/n.º
Alto Rio Novo ES
29.760-000

Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo
(Angela Maricia Faria, fone 745-3111)
Av. João Felipe, s/n.º
Centro
Alto Rio Novo ES
29.760-000